



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 215 -

### ATA N.º 11/2012

*António José Custódia Biscaia*  
*António José Ascensão Fraga*  
*José Manuel Saraiva Cardoso*  
*Marcos Alexandre Lucas Veiga*

-----Ata da reunião ordinária realizada aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e doze. -----

-----Aos treze dias do mês de junho de dois mil e doze, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores José Manuel Custódia Biscaia, António José Ascensão Fraga, José Manuel Saraiva Cardoso e Marcos Alexandre Lucas Veiga.-----

-----Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

-----De conformidade com o art.º 87.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos:-----

**1. Aprovação da ata da reunião anterior.**

**2. Período Antes da Ordem do Dia.**

**3. Ordem do Dia**

**3.1. Proposta referente à participação dos Municípios nos Impostos do Estado – Percentagem do FEF corrente.**

**3.2. Apreciação da informação nº 19/2012/EJAS, de 28 de maio de 2012 e deliberação sobre a proposta de abertura de concurso de classificação para atribuição de fogos de habitação social.**

**3.3. Apresentação da proposta de verticalização e deliberação da Câmara Municipal de Manteigas em relação à elaboração do estudo respetivo do Sistema de Águas e Efluentes para o Concelho de Manteigas.**

**3.4. Conhecimento da informação nº 25/2012/PR, datada de 25 de maio de 2012, referente ao recurso hierárquico do ato de homologação da lista de ordenação final em Procedimento Concursal para 2 assistentes operacionais, apresentado por José Carlos Biscaia Fernandes.**

**4. Conhecimento dos Atos Praticados por Delegação de Competências.**

**Aprovação da ata da reunião anterior.**-----

-----Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata na reunião seguinte. -----

-----O Senhor Presidente começou por esclarecer que, relativamente ao ponto 4.2. “Apreciação do projeto do “Centro de Artes e Ofícios do Eiró – Manteigas”, tratado na reunião do Órgão Executivo, de vinte e três de maio de dois mil e doze, por lapso, foi exibida uma memória



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

descritiva, que não faz parte integrante do projeto. De seguida, apresentou a memória descritiva que compõe o projeto e foram disponibilizadas cópias da mesma aos Senhores vereadores.-----

### **Período Antes da Ordem do Dia.**-----

----- O Senhor Presidente solicitou que se agendasse mais um ponto na ordem de trabalhos da reunião em curso, podendo constar na mesma como o ponto 3.5, tendo em conta que se trata de um pedido de isenção de taxas de licenciamento, relativo ao evento "Festa em honra de São João" que foi efetuado, tardiamente, pelo Grupo Popular Cultural e Recreativo da Praça da Louça – Manteigas, sendo que esta será a única reunião antes da realização do evento.-----

----- Foi aprovada, por unanimidade, a introdução do ponto 3.5 Pedido de isenção de taxas de licenciamento do evento "Festa em honra de São João".-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia expôs que vai ser realizada a "Feira Antiga" contudo, ainda não viu nenhum pedido de isenção de taxas de licenciamento do evento, visto que é uma associação que está envolvida na sua realização. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que é a Câmara Municipal que realiza esse evento e que a associação "Ativa" colabora no programa cultural, na animação de alguns espaços e na realização do espetáculo de teatro. -----

De seguida, reforçou que se trata de uma iniciativa da Câmara Municipal e que a "Feira Antiga" é subsidiada pela ADRUSE. Continuou dizendo que houve a perceção de que a ADRUSE promove determinadas atividades, designadamente o "Festival das Sopas", em territórios da Serra da Estrela, que não abrangiam o concelho de Manteigas. Entende que não faz sentido, investir-se num concelho apenas, quando a área de intervenção da ADRUSE é maior. A Câmara Municipal de Manteigas sugeriu e conseguiu que a ADRUSE apoie também outras atividades, noutras áreas do território de intervenção. Assim, Manteigas e outros concelhos ficam (cada um) com uma atividade subsidiada.-----

Prosseguiu dando conhecimento de uma reunião (a solicitação da Câmara Municipal ao Senhor Ministro da Solidariedade Social), que aconteceu com a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia. Continuou dizendo que a mesma foi realizada com o assessor do Senhor Secretário de Estado da Solidariedade Social, tendo por tema: a abertura da Unidade de Cuidados Continuados. Continuou dizendo que é um processo que está em fase de construção, em termos de apetrechamento e, que carece de decisões relativas à sua entrada em funcionamento. Como não há comunicações, nem certezas acerca deste processo, efetuou-se um pedido de reunião, ao Senhor Ministro o qual encaminhou a Câmara Municipal para a Secretaria de Estado, tendo sido recebidos pelo assessor do Senhor Secretário de Estado que, para além de um muito bom atendimento, se disponibilizou para recolher toda a informação acerca deste processo, dizendo que não poderia dar as informações pretendidas, porque não



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Art. 10  
J.M.  
J.M.

tinha conhecimento deste tipo de processo da Secretaria de Estado. Percebeu-se que era um assunto novo para ele, todavia demonstrou amabilidade, recetividade, interesse e empenho na tentativa de saber junto dos serviços da Segurança Social e, também, do Ministério da Saúde, a situação do processo. Imediatamente no dia a seguir, remeteu para a Câmara, cópia de um e-mail que, entretanto, terá enviado para diversos setores, para o Ministério da Saúde e Ministério da Solidariedade Social, no sentido de tentar saber como é que o processo se vai desenvolver. Até este momento, a Câmara Municipal continua a aguardar mais informação sobre este processo.-----

Prosseguiu dizendo que se sabe que também existe a necessidade de contratualização com o Ministério da Saúde e por isso, também foi pedida, em tempos, uma reunião ao Senhor Ministro da Saúde. Foi recebida a comunicação, dizendo que está agendada uma reunião para o dia sete de julho e que a Câmara será recebida pelo Senhor Secretário de Estado. Espera que seja, de fato, com o Senhor Secretário de Estado e que o mesmo diga algo em concreto, em relação à possibilidade de contratualização com a Santa Casa da Misericórdia, no que diz respeito à abertura da Unidade de Cuidados Continuados. Por parte da Câmara, tudo o que era para licenciar no que diz respeito aos processos apresentados, está licenciado. Ainda não foi requerida a licença de utilização, mas logo que seja, a Câmara Municipal efetuará a comunicação aos outros organismos que estarão presentes na vistoria e, rapidamente, será emitida. A própria Câmara também já pediu outros pareceres, nomeadamente à Direção Regional de Saúde do Centro e à Autoridade Nacional de Proteção Civil que, entretanto, já responderam.-----

De seguida, deu a palavra aos Senhores Vereadores.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso solicitou informações sobre o CLDS (Contrato Local de Desenvolvimento Social), tendo em conta que na última Assembleia Municipal, foi dada nota de que estão agendadas reuniões e que haveria desenvolvimento sobre o financiamento deste contrato.-----

Prosseguiu indagando sobre a evolução do PDM (Plano Diretor Municipal) e sobre se foram acolhidas as propostas que foram apresentadas em reunião de Câmara.-----

Finalizou questionando sobre o PPPD (Plano Pormenor das Penhas Douradas) visto que não tem recebido notícias da sua evolução.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que a sua primeira pergunta lhe parece ter uma sustentação política, que está de acordo com um dos grandes critérios a desenvolver pela Câmara: o Apoio à Qualificação e Emprego. Para o efeito, foram criadas, entre outras medidas, o PERID e o PAPF. Tem conhecimento de que há PERID's, de há dois anos, que ainda estarão por liquidar. Continuou dizendo que, no ano passado (de 2010 para 2011), por



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

razões que o Senhor Presidente já afirmou "...que não lhe cumpriam...", não foram recebidos quaisquer PERID's. Em abril deste ano, foi informado que os de 2012 estavam a ser avaliados, pois eram muitas as candidaturas. -----

Do seu ponto de vista, para sustentar uma boa parte do tecido económico de Manteigas, os PERID's e os PAPP's devem ser a máxima prioridade da Câmara Municipal. Mais do que outras ações que dizem a todos agradam, elogiam e elevam. -----

Prosseguiu questionando sobre quais são as dívidas da Câmara Municipal, sobre o valor da liquidação em falta.-----

Continuou e uma vez que, para 2011 não foram recebidos pedidos de PERID's nem PAPP's, como está a aprovação dos PERID's para 2012 e como se pretende desenvolver. Referiu que na sua pergunta, não reside uma atitude crítica relativamente a este assunto todavia, sabendo que uma boa parte da micro indústria relativamente à construção de Manteigas é a recuperação de casas em alto estado de degradação e, é uma das grandes componentes de desenvolvimento que até, nacionalmente é prioritária. Parece-lhe que a única forma de garantir umas dezenas de trabalhadores em Manteigas, será por via dos PERID's e PAPP's. -----

Prosseguiu questionando sobre como está o pagamento das bolsas de estudo, uma vez que o ano letivo está a acabar. Parece-lhe que, com o final do ano letivo, as bolsas têm de ser liquidadas, sob pena de se estar a fazer algum desvio, relativamente ao propósito das mesmas.-

Continuou dizendo que tomou conhecimento da realização da procissão do Corpo de Deus, na passada quinta-feira. Evocou que, no ano transato, no dia vinte e dois de junho, numa reunião de Câmara, os Senhores Vereadores foram avocados para querendo, estarem presentes na procissão do Corpo de Deus. Entende que, o que está em julgamento, é uma presença institucional e sabe que a Câmara esteve presente. No entanto, este ano, os dois Vereadores da oposição não tiveram qualquer comunicação relativamente à procissão. Aditou que, apesar disso, pela sua convicção religiosa, foi a outra procissão do Corpo de Deus. O que está em causa é a postura política e não o Corpo de Deus. -----

Continuou dizendo que, em março de 2012, quando foi realizado o Festival da Serra da Estrela, na Relva da Reboleira, informou que foi destruída uma passagem para a margem direita do rio. De seguida, recordou que, na última reunião de Câmara, tomou conhecimento e aprovou o Plano de Emergência e Proteção Civil todavia, alguém se esqueceu de diagnosticar a falta de passagem de carros pesados de emergência na Relva da Reboleira, para o Skiparque. Existe no local uma ponte que não dá passagem a carros de bombeiros. Verificou que não há descida para o rio na margem esquerda, nem uma boa subida para a margem direita. Em caso de incêndio, a margem direita ficará desprotegida. É necessário criar, no local, uma boa passagem para a margem direita. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*[Handwritten signatures and initials]*

Prosseguiu dizendo que também alertou que é necessário efetuar na zona da Reboleira um estacamento na margem direita no rio, ao longo de todos os terrenos da Câmara Municipal, tendo em conta que está a acontecer uma erosão contínua e permanente devido ao conjunto de inertes localizados no rio, à entrada do terreno da Relva da Reboleira. Continuou dizendo que é necessário desviar os inertes para a margem esquerda e fazer, na margem direita, estacamento, como já repetiu e que já deveria estar feito, neste momento. Entende que nunca é tarde para o fazer e parece-lhe que se está a falar de duas formas de proteção civil: o património que se irá degradar brevemente, porque o terreno vai ser todo levado pelo rio e depois, porque se fôr preciso passar-se para a outra margem não vai ser conseguido. Desviar os inertes para a margem direita, parece-lhe indispensável. Estacar a passagem também.-----

Continuou perguntando sobre os resultados da Hidroelétrica de Manteigas, relativamente a 2011, e da mini hídrica do Rio.-----

Prosseguiu intervindo relativamente à fábrica das águas: O anterior Executivo foi sobre este assunto, altamente invetivado, de todas as maneiras. É um processo muito complicado reconhece, que teve da parte do anterior Executivo, uma atitude equilibrada e pensa que, o atual tem iguais preocupações e problemas. Numa reunião anterior, depois de ter questionado sobre o assunto, verificou que não havia consumo doméstico de água naquela firma e referiu que é uma situação punível; é crime gastar água que sendo destinada a uso industrial, isto é a engarrafamento a utiliza para uso doméstico. Nada lhe foi respondido sobre esta matéria.-----

Continuou dizendo que também perguntou sobre se havia licença de descarga no rio, relativamente a todos os efluentes industriais debitados no rio e, não lhe pareceu que houvesse uma licença adequada, para fazer a dejeção, com todos os problemas que pode originar, designadamente o aparecimento de salmonelas.-----

Prosseguiu dizendo que desconhece se existe uma licença industrial que nunca foi apresentada na Câmara, embora muitas vezes solicitada.-----

Continuou solicitando que lhe sejam apresentados, com regularidade, os valores em dívida em relação ao consumo doméstico daquela firma, porque lhe parece que não existe consumo doméstico e que ninguém tomou medidas ou sequer fatura dos valores mínimos. Ainda relativamente a este assunto, soube que já tinha havido uma sentença transitada em julgado, relativamente às dívidas contratuais todavia, até ao momento, nada mais soube e desconhece se, a partir de setembro de 2010, alguma coisa foi paga relativamente à água usada pela firma no engarrafamento. Ignora também se há medidor de caudais.-----

Continuou dizendo que lhe podem dizer que o pavilhão construído pela empresa não foi licenciado. Contudo, o pavilhão está a ser utilizado e, se não está em condições para o efeito, só existe uma alternativa: ser demolido.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Prosseguiu dizendo que existem perguntas às quais não exige resposta no momento, nem está a colocá-las por uma questão probatória. Trata-se simplesmente de que sente estes problemas e desconhece como os vão resolver.-----

Afinal, sem querer dizer mal do Executivo, ao contrário do que se passou no passado, a Fábrica das Águas é um problema que, passado três anos, não foi resolvido pela Câmara. -----

De seguida, referiu que relativamente à E.N. 232 (municipalização de parte do percurso, já focado, indiretamente, em reunião anterior), havia uma verba a receber do IIIº Quadro Comunitário de Apoio, relativamente e por força de um número de quilómetros, que iriam ser municipalizados. Por razões a que a Câmara foi alheia, mas que de alguma maneira já foram avocadas por outras circunstâncias, não foi dado o financiamento que estava negociado entre a Estradas de Portugal e a Câmara através do IIIº QCA e da CCDR-C. Continuou dizendo que, em tempos propôs que, como não foi recebido o dinheiro correspondente aos quilómetros que iriam ser municipalizados, a Câmara Municipal só assumia, na verdadeira proporção do dinheiro, os quilómetros correspondentes. Relativamente a esta matéria indagou sobre o que foi feito? -----

Prosseguiu dizendo que se falou, noutras reuniões, das demolições das casas do CTT e outras, e a propósito, referiu que existia, no local, um balcão (como memória histórica) que desapareceu da casa que se dizia classificada como de interesse concelhio. Desconhece onde estará a outra parte (as colunas).-----

----- O Senhor Presidente esclareceu que no local estava, o que lá estava, mais nada. E quanto às colunas, já lá não estavam. Alguém as tirou e, há já muito tempo. Também gostaria de saber onde estão. Continuou dizendo que era o Senhor Vereador José Manuel Biscaia, Presidente da Câmara, quando as colunas de lá saíram. Finalizou dizendo que existiam fotografias do momento da demolição que se poderiam ver.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia replicou que não correspondia à verdade e que agradecia que o assunto fosse investigado, a fim de se averiguar o momento do seu desaparecimento e de se apurar a verdade. -----

Prosseguiu dizendo que antes da demolição efetuada no parque de estacionamento, terá sido proposta e aprovada pelo Executivo atual, a demolição de uma casa na rua do Calvário, em Sameiro. O processo estava todo tratado todavia, a casa ainda não foi demolida, oferecendo perigo. Solicitou que haja uma ação relativamente à mesma, dando cumprimento a uma deliberação que terá existido sobre essa matéria.-----

Prosseguiu dizendo que leu num jornal regional, que a Câmara Municipal estava envolvida num processo de apoio à plantação e semeio de feijocas. Deu nota da sua admiração tendo em conta que não lhe foi presente nada, sequer um regulamento sobre essa matéria. Continuou dizendo que, da leitura do jornal, não ficou a entender qual é o papel da Câmara Municipal, nem como é



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 221 -

*António*  
*António*  
*António*

que o Presidente da Câmara é advogado e se pronuncia, sem nunca ter apresentado nada à Câmara Municipal relativamente a esta matéria. -----

Prosseguiu referindo que tem conhecimento que costuma haver açudes transitórios no rio Zêzere, designadamente em Sameiro e em Vale de Amoreira, sem carácter definitivo, para apoio ao regadio e foi informado de que foi comunicado aos regantes os mesmos que não lhes seria concedido apoio da Câmara (serviços de retroescavadora), porque a retroescavadora da Câmara estaria avariada. Continuou dizendo que ficou abismado pois, por um lado, o Presidente diz que se apoia o cultivo da feijoca e por outro lado, se retira o regadio, com o argumento que lhe parece insólito de avaria de máquina. Decorrente desta exposição, solicitou esclarecimentos. Prosseguiu dizendo que, na última reunião de Câmara, sobre o IRS, o Senhor Presidente referiu que na Assembleia não se falou do regulamento e sobre o pedido de parecer, que já tinha dado a informação à Câmara de que estaria o processo em pendência e que sobre essa matéria haveria de efetuar uma pesquisa nas atas. Isto aconteceu numa anterior reunião de Câmara em que ele, Vereador José Manuel Biscaia, disse que só sabia do assunto por ter ouvido em Assembleia. Se o assunto está pendente de parecer, a informação não foi dada à Câmara. Desconhece se o Senhor Presidente efetuou a sua investigação relativamente à informação que terá dado à Câmara. Contudo, ele fez e não a encontrou. De seguida, remeteu o Senhor Presidente para as diversas páginas sobre esta matéria, vertidas na ata nº 10/2012, em que o Senhor Presidente da Câmara manifestou a sua opinião dizendo que ainda se está a tempo de efetuar a devolução. Continuou lendo excertos de uma ata da Assembleia Municipal sobre a matéria e referiu que foi proposto e aprovada por um deputado, na Assembleia Municipal, uma proposta nos seguintes termos: "...que a Câmara se comprometa a apresentar uma proposta baseada tecnicamente sobre como pretende distribuir os 5% a que os munícipes têm direito...". Então, o que significa o processo técnico se não um regulamento específico? Continuou dizendo que ao longo de toda esta tramitação na Câmara foi referido por ele o seguinte "...a Câmara não pode fazer distribuição de uma qualquer verba, seja a que título for, a menos que tenha um regulamento específico, para o efeito...". Sobre esta matéria, o Senhor Presidente referiu "...ninguém disse que era preciso fazer um regulamento...". Contudo, a questão é a seguinte: como é que se entrega uma verba, que é da Câmara, a um munícipe, ou a um conjunto de munícipes, ou associação, se não houver um regulamento próprio para o efeito? Continuou dizendo que pensa que o Senhor Presidente tentou desviar o cerne da questão, a falta de cumprimento da deliberação da Assembleia para fazer regulamento, dizendo que faria um edital. Todavia, foi dito sempre por mim que um edital não era suficiente. Era preciso elaborar-se um regulamento e mais foi dito na ata nº 10/2012 do Órgão Executivo que, haveria de ser comunicado às finanças que nunca a Câmara deliberou em contrário, a devolução dos 5%. A



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Câmara quer dar 5% equivalente ao IRS que seria devolvido. Só não tramitou diretamente com as Finanças. -----

Continuou dizendo que todos sabem que deixou de ser uma devolução de IRS. Não há mais devolução de IRS, mas sim entrega aos indivíduos dos montantes iguais aos 5% de IRS que lhe seria devolvido se a Câmara tivesse informado as Finanças em tempo, porque a Câmara quer cativar residentes, quer manter qualidade de vida e vai fazer uma reversão de 5% que receberá do IRS. Continuou dizendo que, entende que não há outra maneira, de acordo com a lei das autarquias locais, que não seja através de um regulamento específico. Prosseguiu expondo que, o Senhor Presidente, depois, referiu que lhe foi prestada uma informação pelos técnicos da Câmara, que tinham solicitado um parecer à ATAM, que veio dizer que não seria bem assim e que estaria à espera de outro parecer. -----

Continuou propondo que, atendendo que há razões que a Câmara assumiu a bem das pessoas e do Concelho e porque entende que deve manter um conjunto de benefícios para as pessoas conservarem a sua residência fiscal em Manteigas e aumente a qualidade de vida dos munícipes, faça um regulamento para o efeito, o apresente à Câmara e depois se submeta à Assembleia Municipal. Entende que o regulamento deve dizer que há uma entrega de uma verba determinada que por acaso coincidirá, com o valor do IRS que seria devolvido aos sujeitos passivos de IRS em 2012 referente a 2011, se não tivesse havido um lapso da Câmara Municipal e, que é de vontade expressa da Câmara e da Assembleia Municipal que essa verba seja retornada para os sujeitos passivos, a título de apoio ou subsídio. -----

----- O Senhor Presidente referiu que não poderia responder, no momento, a todas as questões que os Senhores Vereadores colocaram porque careciam de alguns dados mais objetivos. Contudo, tentaria responder na medida do possível, pelo conhecimento que tem das questões.-- No que diz respeito ao CLDS (Contrato Local Desenvolvimento Social), informou que já foi notificada a Santa Casa da Misericórdia, do corte do financiamento de algumas ações que, entretanto, não foram entendidas como abrangidas pelo financiamento, ainda antes da notificação para aprovação do projeto. Esta última aconteceu no mês passado e, neste momento, a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia estão à espera de receber o contrato, que já está assinado pelo Presidente do Instituto da Segurança Social e que irá ser submetido à Câmara Municipal e à Santa Casa da Misericórdia para assinatura. -----

Continuou dizendo que, no que diz respeito ao PDM, ele sofreu de facto alguns atrasos que não se podem imputar à Câmara Municipal e que dizem respeito às instituições externas. Não tem nada a ver com o Plano de Ordenamento da Serra da Estrela que, neste momento, não tem qualquer tipo de influência em termos de prazos no PDM. Continuou dizendo que, infelizmente, quando se pensou que se podiam fazer as comissões de acompanhamento, com algumas das





## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 223 -

*[Handwritten signatures and initials]*

instituições e reunir atempadamente, viu-se que não, porque há férias, porque os técnicos que estão a acompanhar o processo ainda não desenvolveram o trabalho porque, entretanto, estão ausentes, porque não podem ser substituídas e tem havido, de facto, alguns atrasos. Para suprir os atrasos que foram acontecendo (não por parte da Câmara, nem da equipa técnica que, neste momento, está a elaborar o PDM) foi feita uma reunião com o representante da CCDR-C (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro), que acompanha a área do planeamento, com os técnicos da CCDR-C da Guarda, e o chefe da divisão de Planeamento, Obras e Urbanismo no sentido de, uma vez por todas, se convocarem as instituições em falta para as discussões sectoriais. E o que está em falta é exatamente isso, para o apuramento de algumas questões que dependem dessas mesmas instituições. Ficou definido que seria, a partir de agora, a CCDR-C a convocar as instituições para as reuniões, a fim de que o trabalho não fosse protelado.-----

Continuou dizendo que na próxima semana, ocorrerá uma reunião na Câmara Municipal de Manteigas para esse efeito, com a presença da CCDR-C da Guarda, a AFN (Autoridade Florestal Nacional) e o ICNB (Instituto de Conservação da Natureza Biodiversidade) para que, de uma vez por todas, possam emitir o parecer que falta para ajudar a concluir o processo.-----

Prosseguiu informando que, no que diz respeito ao PPPD (Plano de Pormenor das Penhas Douradas), ele está tratado, já se passou à fase da proposta e, brevemente, será trazido novamente à Câmara, sem grandes alterações em relação à proposta última que foi feita, porque não houve alterações propostas pela Câmara. Mantém-se praticamente na mesma, sendo certo que a equipa técnica que o está a fazer, deve imprimir um pouco mais de dinâmica para que este processo decorra um pouco mais rápido.-----

Continuou dizendo que, no que se refere às questões aduzidas em reunião de Câmara, no que diz respeito ao PDM, foram introduzidas. A proposta será, novamente, presente com as alterações que foram feitas, depois de todas as instituições emitirem pareceres porque, algumas questões que foram levantadas têm de ser analisadas e sancionadas pelas instituições que acompanham o PDM.-----

Quanto ao PERID e ao PAPF, a Câmara Municipal não tem dúvida de que são instrumentos (mais o PERID) de apoio à economia local. Por isso mesmo houve o cuidado de imprimir um determinado ritmo na execução dos PERID's. Encontraram-se uma dezena de PERID's aprovados, mas também se encontraram muito menos feitos, do que os que estavam aprovados. O que foi feito em 2010/2011, foi imprimir uma dinâmica diferente aos mesmos, permitindo que eles avançassem em termos de execução e, em 2010/2011, o que a Câmara pagou de PERID's, ultrapassou, em grande escala, o que tinha pago nos últimos anos, desde o início da aprovação desses projetos, ou desde a existência de regulamentação para aprovação destes apoios.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Portanto, a Câmara não tem dúvida nenhuma e imprimiu uma dinâmica diferente, para ajudar a economia local, para ajudar a que as empresas de Manteigas tivessem trabalho e tem-se consciência de que é através desses mecanismos que se podem criar postos de trabalho, ou pelo menos, que se podem manter.-----

Continuou dizendo que tem consciência de que os postos de trabalho também não se têm perdido, nem reduzido por falta de assistência aos PERID's e aos PAPF's, mais aos PERID's, que são em maior número, com maior volume financeiro. Basta comparar os números para se verificar que há uma atenção especial e houve uma dinâmica bastante grande no que diz respeito à execução dos projetos abrangidos por este financiamento.-----

Prosseguiu referindo que em 2012, as candidaturas aos PERID's e PAPF's foram abertas, e que há um número significativo; passou a palavra ao Senhor Vereador Marco Veiga no sentido de prestar informações acerca deste assunto.-----

No que diz respeito às bolsas de estudo, referiu que foi anunciada a sua aprovação há pouco tempo e que sabe que houve uma, ou duas reclamações que, entretanto, foram analisadas, sendo que uma delas foi respondida esta semana; tudo será feito para que, dentro dos prazos, que foram cumpridos no ano passado e também em 2010, as bolsas de estudo sejam pagas, mais ou menos a coincidir com o final do ano letivo.-----

Continuou dizendo que, relativamente à falta de passagem no rio Zêzere (que não é propriamente uma ponte), decorrente do Festival da Serra da Estrela, essa questão também foi colocada em reunião de Câmara e de seguida, solicitou ao Senhor Vereador que dispense especial atenção a esta matéria, porque ela já foi colocada e, se não está resolvida, já deveria estar há bastante tempo.-----

Prosseguiu dizendo que, no que se refere ao estacamento ao longo da margem do rio, é um trabalho que, do seu ponto de vista, requer algum acompanhamento da instituição que gere as questões dos recursos de água, a ARHTejo. Continuou dizendo que a Câmara irá entrar em contacto com a instituição, a fim de que ajudem a Câmara Municipal sobre esta matéria. No seu entendimento, é um processo da ARHTejo todavia, uma vez que existem terrenos particulares, a Câmara tem que acautelar o que é seu.-----

De seguida, referiu que será necessário sensibilizar a ARHTejo, para algo que possa estar a acontecer, como está a acontecer no Cabeçinho: existe um desvio significativo do leito do rio e a ARHTejo já foi alertada pela Câmara. Contudo, há trabalhos que não competem à Câmara fazer. No entanto, tendo em conta a propriedade da Câmara, ir-se-á acautelar a situação e pediu ao Senhor Vereador que anotasse o assunto.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Relativamente à Hidroelétrica de Manteigas, solicitou que a Senhora Chefe da Divisão de Administração Geral, entregasse uma cópia das contas, do ano de 2011, aos Senhores Vereadores.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que bastaria o Senhor Presidente dizer-lhe qual foi o resultado positivo, entregue à Câmara.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que foram sessenta e dois mil euros.-----  
Continuou dizendo que da Mini-Hídrica do Rio, que está em funcionamento, existe contagem mas, nesse momento, não lhes pode dizer qual é, visto que não a sabe de cor. Prosseguiu dizendo que a fará chegar depois.-----

Relativamente à fábrica das águas e ao facto de não haver consumo doméstico, reuniu com a jurista da Câmara no sentido de, mais uma vez, se oficial a empresa, no que diz respeito a esse assunto. A ligação ao consumo doméstico é uma obrigatoriedade do contrato e ela não está ser cumprida. O que foi transposto para o ofício que a empresa há de receber é que, face ao incumprimento desta alínea do contrato, estão colocados numa situação de possível rescisão unilateral do contrato por parte da Câmara.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia entende que é crime. Um roubo, e como tal, está previsto no Regulamento de Abastecimento de Água ao domicílio da Câmara Municipal de Manteigas.-----

-----O Senhor Presidente referiu que, no seu ponto de vista, baseado no regulamento, a empresa não está a cometer um crime, porque não tem nenhuma ligação direta. A empresa está a utilizar uma água (que deveria somente ser para efeitos de engarrafamento) para abastecer os aparelhos domésticos da fábrica: casas de banho e inclusivamente para lavagem, porque lhe fica mais barata. Neste momento, também não está a pagá-la, está a contrair dívida que está a ser contabilizada. Neste caso, está a desviar água do engarrafamento para abastecimento doméstico. Essa é a irregularidade que está a ser cometida.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia perguntou sobre quanto é que a empresa está a pagar de aluguer de contador.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que não está a pagar nada. Neste momento, não há aluguer de contador. O que existe é a contagem da água que é consumida.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que há uma taxa equivalente.-----

-----O Senhor Presidente clarificou que, neste momento, a empresa não está a consumir água, para utilização doméstica, mas usa a água do engarrafamento e por isso, foi notificada do incumprimento do contrato.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que tem duas casas, em que não consome uma gota de água e, paga os mínimos de água, de resíduos e de efluentes, todos os meses.-----

Continuou solicitando explicações porque, se a empresa tem um contador que lá foi instalado pela Câmara, no seu entendimento, ela tem de pagar os mínimos de água, de resíduos e efluentes. Além do mais, devem ter uma enorme quantidade de resíduos e efluentes e nada acontece. Não paga nada, o que não entende. -----

----- O Senhor Presidente clarificou que, não havendo contagem no contador, a taxa de resíduos é praticamente nula. A Câmara quer que a empresa pague, inclusivamente, a água que está a engarrafar e ela não paga. A contabilização está feita, as injunções estão a ser remetidas para tribunal, e a empresa terá de pagar. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia perguntou sobre se a mesma recebe, todos os meses, um recibo a dizer-lhe para pagar. -----

----- O Senhor Presidente respondeu afirmativamente. Contudo, a empresa não paga. Continuou dizendo que, quando não se paga a água, aplicando-se o regulamento, corta-se a mesma. Todavia, a questão é outra: a empresa está a ser abastecida, para uso doméstico, de uma forma ilegal e irregular, por uma outra água que lhe fica mais barata.-----

Continuou dizendo que em relação à água que está a ser faturada, a dívida, neste momento, é de oitenta e cinco mil euros. São cerca de oitenta e três mil euros, mas chega aos oitenta e cinco mil euros por causa dos mínimos que lhe estão a ser debitados e, tem sido objeto de injunções. Continuou dizendo que houve uma decisão da Meritíssima Juíza, que julgou a primeira injunção e que não teve efeitos práticos, porque o advogado da empresa recorreu da decisão. Vai haver novo julgamento, que está marcado para os próximos dias, e só após esse julgamento é que a Câmara poderá acionar os créditos junto dos clientes da empresa e vai fazê-lo. -----

Prosseguiu dizendo que a marca da água tem vindo a ser dignificada através de concursos, pela sua qualidade e, recentemente, em Paris, foi classificada como sendo uma das melhores águas do mundo. A Câmara Municipal não quer descredibilizar a marca, porque se não for este operador económico, há de haver outros operadores económicos que estão interessados na exploração desta água. Têm-se dirigido, à Câmara, várias empresas interessadas na concessão do engarrafamento desta água. há de haver um momento, se a questão não for resolvida, independentemente das datas, que a empresa será notificada para a rescisão do contrato. Se a fábrica encerrar (não é da responsabilidade da Câmara), existem cerca de cinquenta postos de trabalho que ficarão inativos, mas não se pode tolerar esta situação de uma forma definitiva e a Câmara ser alvo de chantagem. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

António  
José Manuel  
José Manuel

No que diz respeito ao pavilhão construído pela empresa referiu que, neste momento, ele tem todas as condições de licenciamento, só não foi levantada a licença pelo operador económico, porque não pagaram ainda as taxas de urbanização. O pavilhão foi construído, há muito tempo, sem licença e parece-lhe que foi mau deixá-lo chegar àquele estado, sem ter qualquer tipo de licença. O Senhor Vereador Biscaia, enquanto era Presidente da Câmara, teve que o embargar porque não tinha licença e foi um edifício que cresceu aos olhos de toda a gente. O Senhor Vereador refere que se deve demolir, pois a lei diz que, se não for licenciável há que demolir. Contudo, é licenciável. A Câmara não liberta a licença, enquanto não forem pagas as taxas. -----  
Continuou dizendo que também houve uma tentativa, por parte do operador económico, para que a Câmara lhe reduzisse significativamente as taxas de urbanização, para que pudesse levantar a licença. No entanto, a Câmara tem regulamentos que cumpre e as taxas de urbanização são para pagar. -----

Prosseguiu dizendo que, relativamente à E.N. 232 analisou o contrato e não viu nenhuma verba a receber.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia clarificou que não tinha dito nada disso e esclareceu: para a Câmara ficar com este número de quilómetros, foi feito um contrato com a Estradas de Portugal, no sentido de haver uma candidatura ao IIIº Quadro Comunitário de Apoio, de um montante determinado. Como esse montante não foi entregue à Câmara, o número de quilómetros só pode ser equivalente à parte que a Câmara recebeu e não o que estava contratualizado.-----

-----O Senhor Presidente indagou sobre se na altura, a Câmara apresentou candidatura aos fundos comunitários, se foi aprovada, para que recebesse e em relação a que obra.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia esclareceu que foi feita a candidatura ao QCA III, por autorização da Estradas de Portugal e que foi aprovada.-----

-----O Senhor Presidente referiu que irá averiguar qual foi a candidatura, porque deve ter sido para alguma obra que os Senhores Vereadores tinham projetado e que fizeram.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso esclareceu que se tratou uma candidatura no valor de um milhão e meio de euros, para os acessos alternativos.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia aditou que em relação à estrada de ligação à Senhora dos Verdes e ao percurso alternativo à EN 232, a candidatura foi aprovada.---

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso continuou dizendo que o Senhor Presidente da CCDR-C disse que a despesa feita, a partir de determinada altura, deixava de ser elegível. A CCDR-C recebeu candidaturas em *overbooking* e depois deixou de ter dinheiro para satisfazer os contratos que tinha assinado.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Continuou dizendo que, entretanto, o Presidente da CCDR-C mandou uma convocatória para os membros do Concelho Geral, de que fazia parte o Senhor Presidente da Câmara de Manteigas, na altura, a perguntar sobre se não se opunham a que as verbas elegíveis, o fossem até ao final do mês de setembro. Existe um ofício na Câmara nesse sentido. Mas ele depois, só considerou a despesa feita até trinta de junho. A Câmara de Manteigas não estava em *overbooking*, porque estava tudo planeado. Existe correspondência manuscrita dirigida ao Senhor Presidente da CCDR-C, a expor toda a situação. Quem conhece o processo todo é o engenheiro Carvalhinho, visto que foi ele que o acompanhou.-----

----- O Senhor Presidente referiu que compreende o ponto de vista do Senhor Vereador: existe um contrato que não foi cumprido pela Estradas de Portugal, reduz-se o número de quilómetros, porque o dinheiro que a Câmara recebeu não foi aquilo que tinha sido contratado. Não foi entregue à Câmara porque houve decisões da CCDR-C que cortaram financiamento, tal como está a acontecer agora, com a limpeza do QREN. Continuou referindo que percebeu que os Senhores Vereadores estavam a explorar esta questão. Entretanto o terceiro quadro comunitário de apoio fechou. Abriu-se o QREN e a perspetiva era que houvesse, no QREN algumas contrapartidas. Exposto isto indagou sobre se havia contrapartidas do QREN, porque não as tinha visto.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que não foi nada disso e clarificou que o terceiro quadro comunitário acabou em 2007, assim como este acaba em 2013. Nem acabou em 2007, nem em 2008 ou 2009. Assim como este nem começou em 2007, nem em 2008, nem em 2009, ou 2010. É sabido que há sempre um diferimento de três anos para trás e três anos para a frente. Enquanto Presidente da Câmara, foi vitimado por três quadros comunitários neste processo e, sobre esta matéria, foi dito o seguinte: o processo da câmara está aprovado com o total da verba e, solicitou-se para que, em vez de acabar em junho, acabasse em setembro. No Concelho Geral foi definido que as verbas poderiam ser reembolsadas até setembro, mas como houve *overbookings* e pressões políticas, conseguiram que este alongamento para setembro não fosse efetivo. Outros foram aceites e pagos que entraram na última da hora, que eram em *overbooking*. Vide, por exemplo, a estrada de Verdelhos que entrou em *overbooking*. Continuou dizendo que entende que existem argumentos suficientes, para que a Estradas de Portugal fique com a parte da estrada que era suposto municipalizar na proporção do valor que a Câmara recebeu.-----

----- O Senhor Presidente referiu que é uma pressão que se pode fazer sobre a Estradas de Portugal. Contudo, também não quer estar a fazer as coisas de uma forma inconsciente. Junto da Estradas de Portugal tentou perceber se o contrato estava cumprido, ou não. Continuou



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

dizendo que considerando o que fica registado na ata e as palavras dos Senhor Vereador, vai tentar explorar, mais uma vez, a situação. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia aditou que pensa que é possível outra situação: que deixem a Câmara utilizar verba remanescente do QREN, para pagar obras, que já pagou depois disso e que já estão feitas. -----

-----O Senhor Presidente referiu que tudo tem feito junto da CCDR-C, para conseguir financiamento para obras, que já foram feitas há bastante tempo e que ainda estão por pagar. Seria um alívio bastante para a Câmara Municipal. O problema, são as datas em que elas foram realizadas. Continuou dizendo que havia uma candidatura que estava aprovada, entretanto, o contrato de financiamento foi assinado e quando foram submetidos os autos de medição, não foi efetuado o pagamento, porque os autos de medição têm uma determinada data e não podem ser desdobrados. De maneira que se está a tentar, enquadrar neste quadro comunitário, a ver se é conseguido financiamento para algumas que ainda estão suspensas.-----

No que diz respeito à demolição na rua do Calvário, em Sameiro, tomou nota para se averiguar o que se passa. -----

Prosseguiu dizendo que, o que foi dito ao Senhor Vereador não corresponde à realidade. Ninguém referiu que a retroescavadora estava avariada. A resposta escrita, que seguiu para a Junta de Freguesia de Sameiro foi a seguinte: dentro dos trabalhos calendarizados estavam também os açudes de Sameiro e que oportunamente iriam ser feitos. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia esclareceu que não foi a Junta de Freguesia de Sameiro que o contactou, mas os regantes.-----

-----O Senhor Presidente reiterou o que já havia dito e aditou que o ofício foi encaminhado para a Divisão responsável pelos trabalhos no exterior, a fim e serem calendarizados os açudes, logo que haja oportunidade e disponibilidade, pois já havia trabalhos calendarizados que não foi possível anular. Ninguém disse que a máquina estava avariada e que depois andou a fazer outros trabalhos. Os serviços contactarão o Senhor Presidente da Junta Freguesia para combinar a data da ida da retroescavadora.-----

Prosseguiu dizendo que a Câmara não foi contactada por nenhum regante. Segundo sabe, o Presidente da Junta de Freguesia também é o Presidente da Comissão de Regantes.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia clarificou que cada açude tem uma Comissão de Regantes cujo presidente pode ser qualquer um da freguesia. No açude Nova e no açude dos Galegos, o Presidente da Comissão de Regantes é o Senhor Presidente da Junta. Relativamente aos outros açudes, não têm comissão de regantes.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente prosseguiu dizendo que, no que diz respeito ao apoio do cultivo da feijoca, ainda não foi concedido porque qualquer apoio terá que passar por um regulamento, que está a ser elaborado e que virá a reunião de Câmara, a fim de ser aprovado.-----

Continuou dizendo que, o que foi feito, foi verificar junto de proprietários de terrenos, qual a sua recetividade para a produção da feijoca, a fim de se perceber se o processo podia avançar, ou não e existe bastante recetividade, tendo sido identificados produtores. O levantamento está feito e vai ser realizada uma experiência na Feira Antiga: embora os produtores de feijoca não tenham disponibilidade para tal, a feijoca vai estar à venda, assegurada por algumas jovens disponibilizadas para o efeito, por algumas instituições de Manteigas, na Feira Antiga.-----

Prosseguiu dizendo que numa conferência de imprensa, foi transmitido à comunicação social, que a Câmara Municipal iria apostar na feijoca como produto local, que faz parte da gastronomia do Concelho e que se irá apostar no incentivo e apoio à produção da feijoca. Continuou dizendo que aconteceu algo curioso ao falar com alguns produtores que têm sido incentivados, no sentido de perceber se há, ou não vantagem neste processo. Perguntaram sobre quanto é que a Câmara lhes iria pagar por mês, para que cultivem a feijoca.-----

Continuou dizendo que, o que se pretende, não é pagar alguém para cultivar a feijoca, não é dar-lhe um ordenado mensal para cultivar feijocas. O que se pretende é incrementar e incentivar o cultivo da feijoca. O levantamento de produtores, que estão dispostos a abraçar o projeto, já está feito. Existem produtos gastronómicos que já estão sob este regime, noutras zonas do País, nomeadamente na área da Serra da Estrela, cujos processos têm sido desenvolvidos, com muito bons resultados.-----

No que diz respeito ao IRS, referiu que, neste momento, ainda não terminou o prazo para a notificação acerca das declarações de IRS e que a Câmara tem esta questão em atenção. Continuou dizendo que não dirá mais nada sobre o assunto porque, oportunamente, ele será tratado, definitivamente. Nunca foi intenção da Câmara, deixar de assistir ao que a mesma decidiu: entregar aos munícipes uma parte do IRS. Prosseguiu dizendo que não se está a falar dos munícipes mais carenciados, que não pagam nada, porque os mais inquietos são aqueles que pagam mais. A realidade também é essa.-----

Continuou dizendo que a Câmara, quando fez isso, foi na ótica de fixar população, independentemente se se é mais rico ou mais pobre. A questão será presente de uma forma definitiva e concreta.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que relativamente ao IRS, o Senhor Presidente já da última vez fez esse populismo dos ricos e dos pobres.-----

----- O Senhor Presidente replicou que não estava a fazer populismo. O Senhor Vereador é que estava.-----





## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia continuou dizendo que é contra a existência de pobres, ao contrário de muitos elementos da esquerda, que acham que não deveria haver ricos. Entende que o Senhor Presidente se está a colocar numa posição populista, que lhe lembra uma extrema direita, extremamente falaciosa e, isto não é assim. Se alguém é contra que haja pobres, é ele. Se alguém é a favor dos pobres, é ele. Todos os programas e regulamentos da Câmara, desde bolsas de estudo até a apoios a bairros sociais, passaram pela Câmara a que presidiu, o que significa que ele, José Manuel Biscaia, tem uma forte componente social e humana. Entende que, para este assunto, não se deve avocar o, ser-se rico, ou ser-se pobre. O que está em causa, é um incumprimento da Câmara, que não lhe é imputável a ele, uma expectativa criada que é legítima e que o Senhor Presidente é responsável.-----

Continuou dizendo que, o Senhor Presidente justificou que não foi comunicado ao serviço de Finanças, porque não houve deliberação em sentido contrário e o Senhor Presidente achava que não tendo comunicado em sentido contrário, se mantinha o mesmo procedimento. Contudo, houve uma falha e o Senhor Presidente quer cumprir. Todavia, é preciso encontrar-se uma solução.-----

Prosseguiu dizendo que sobre o PDM, foram feitas algumas sugestões sobre os locais do Vale de Sameiro, com determinado tipo de circunstâncias, as Coanheiras de Sameiro com determinado tipo de procedimento específico. Falou-se também no Cabeçinho, em Vale de Amoreira e sabe que o acompanhamento do PDM e os planos de ordenamento, não são uma matéria delegável no Presidente da Câmara, nem nos Vereadores. É uma matéria que tem de ser acompanhada por todos.-----

De seguida, questionou sobre se as sugestões foram assimiladas pelo gabinete técnico se ele as introduziu e qual é a posição de quem já se pronunciou sobre elas. Entende que tem, sobre essa matéria, de fazer pressão política através da Câmara, com o seu apoio. Admite que seja assim porque se está a falar de partes do território que já estão, perfeitamente, dignificadas e qualificadas para aquilo que foi proposto e, que não seja uma proposta do Vereador José Manuel Biscaia, que seja uma proposta da Câmara. Entende que, sobre o PDM, nada de novo foi dito, exceto aquilo que o Senhor Presidente contrariou, sucessivamente, ao longo dos anos. --

Continuou indagando sobre se o PROT já foi publicado em Diário de República.-----

Quanto à fábrica das águas, não quer que cinquenta pessoas sejam despejadas para o desemprego. Só que, tal como aconteceu também com o Skiparque, pela mesma razão, o Senhor Presidente andou durante quatro ou cinco anos, a dizer que o anterior Executivo não fazia nada em condições e agora vê-se.-----

-----O Senhor Presidente replicou que não é a mesma coisa.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia discordou. Continuou dizendo que existem subsídios de 2011 por liquidar, que foram ultrapassados por subsídios atribuídos em 2012, para situações de 2012. -----

De seguida, reiterou que o mais importante são os PERID e os PAPF. Em 2011 não houve não se receberam candidaturas e os de 2012, ainda não estão aprovados, nem apreciados.-----

----- O Senhor Presidente salientou que foram feitos mais PERID's em 2011 do que, o que o anterior Executivo alguma vez fez. Foram executados fisicamente. O anterior Executivo tinha aprovado candidaturas, às quais não tinha sido dado início. O atual Executivo deu-lhes execução.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que estavam aprovadas, mas não estavam executadas e não estavam pagas. Mas, pelo menos, sabia-se que havia uma programação.-----

----- O Senhor Presidente referiu que, no que toca à procissão do Corpo de Deus, a Câmara tem sido convidada todos os anos para a mesma e, não entende a razão porque o convidam tendo em conta que, para assistir aos atos religiosos, não necessita que o convidem. Assiste naturalmente. Já refletia sobre este assunto enquanto foi Vereador da oposição (porque todos os anos o convidavam) tendo-o comentado com os seus pares. -----

Prosseguiu dizendo que sabe que há uma forte participação da Câmara na procissão do Corpo de Deus, pelo menos assim era antes do 25 de Abril. Com o 25 de Abril, houve novas formas de liberdade de expressão e de religião e cada um tem de ser respeitado e, ninguém tem de ser convidado para assistir a atos religiosos. -----

Continuou dizendo que este ano, não chegou nenhum convite à Câmara Municipal para a procissão. O Presidente da Câmara não necessitou de convite (que não recebeu) e foi de modo próprio. Prosseguiu dizendo que percebeu que o Senhor Vereador também foi à procissão de Sameiro certamente e, não foi à procissão realizada na Vila. -----

Continuou dizendo que estranhou a ausência de convite (dado a prática dos anos anteriores) e solicitou que fosse confirmado se teria chegado à Câmara algum convite da Paróquia, a fim de prevenir a situação de não convidar os Senhores Vereadores. Como não chegou nenhum convite, não tinha de endereçar convite algum, aos Senhores Vereadores. No seu entendimento, se tiver que haver convite, é a Paróquia que o formula. Ele não tinha de convidar os Senhores Vereadores da oposição, assim como não convidou os Senhores Vereadores da maioria. Foi um participante, que foi no lugar destinado à Câmara Municipal. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia entende que o Senhor Presidente, apesar de não ter havido convite da paróquia, deveria ter informado os Senhores Vereadores de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Antônio*  
*Lucas*  
*José*  
*Manuel*

que a Câmara iria estar presente na procissão do Corpo de Deus. Depois, ficaria ao critério de cada um dos Vereadores, ir ou deixar de ir. -----

-----O Senhor Vereador Marco Alexandre Lucas Veiga esclareceu que, relativamente à questão dos PERID's, existem cerca de oitenta candidaturas. A última vez que esta questão foi colocada, ainda não tinha sido concluído o levantamento, porque se está a fazer o levantamento fotográfico de todos os locais e a fazer uma análise mais detalhada de cada caso, em concreto. Neste momento, esse levantamento mais exaustivo está concluído e está-se na fase de análise das candidaturas, de atribuição de classificações e de apuramento.-----

Segundo o mesmo, dentro de quinze dias, o processo de apreciação e decisão estará concluído.

**Ordem do Dia** -----

### **Proposta referente à participação dos Municípios nos Impostos do Estado – Percentagem do FEF corrente.** -----

-----Foi presente a proposta referente à participação dos Municípios nos Impostos do Estado – Percentagem do FEF corrente. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que não tinha recebido a proposta nos documentos preparatórios da reunião de Câmara.-----

-----O Senhor Presidente referiu que tinha despachado a proposta para a reunião de Câmara e que tinha sido agendada. De seguida, solicitou à Senhora Chefe da Divisão de Administração Geral que fosse aos serviços financeiros da Câmara buscar a proposta, o que ela providenciou de imediato.-----

Prosseguiu dizendo que a proposta, é aquela que habitualmente se faz para serem considerados os 65% do FEF como corrente. A Câmara tentou que não seja alcançada todavia, é uma questão de precaução, até porque os objetivos atingidos têm sido muito diferentes disto.-----

### **“PROPOSTA**

#### **Participação dos Municípios nos Impostos do estado – Percentagem do FEF corrente.**

Considerando o disposto no nº 4, do artº 25º da Lei das Finanças Locais, que dispõe que:

“Os municípios devem informar anualmente até 30 de junho do ano anterior ao ano a que respeita o orçamento, qual a percentagem do FEF que deve ser considerada como transferência corrente, na ausência da qual é considerada a percentagem de 60%”;

**O Presidente propõe que a Câmara Municipal delibere, sobre a percentagem do FEF que deve ser considerada como transferência corrente, no sentido de ser de 65%.”**

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia apresentou a declaração de voto seguinte: em princípio, votaria favoravelmente, quanto às transferências correntes serem 65%, a título de prevenção.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Contudo, vota contra a proposta, porque o Senhor Presidente da Câmara referiu "...como tem sido feito nos anos anteriores ...". Não corresponde à verdade porque o Senhor Presidente não pagou, mas ficou com a dívida. Os 65% que foram aprovados no ano passado de despesas correntes, foram altamente ultrapassados, porque foram assumidos compromissos que não foram pagos na gestão de 2011, de cerca de oitocentos e quarenta mil euros em despesas correntes. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que já não tem em conta o discurso da diminuição da despesa corrente. Os compromissos por pagar no final de 2011 eram, precisamente, iguais à despesa corrente de 2011. Não é pelo facto de não se pagar a despesa que ela deixa de existir e, ao contrário daquilo que o Senhor Presidente diz, que espera não atingir os 65%, pois já ultrapassou largamente os 65% e, vai continuar a ultrapassar, largamente.

----- Analisada a proposta, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores José Manuel Custódia Biscaia e José Manuel Saraiva Cardoso, aprová-la.

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

### **Apreciação da informação nº 19/2012/EJAS, de 28 de maio de 2012 e deliberação sobre a proposta de abertura de concurso de classificação para atribuição de fogos de habitação social.** -----

----- Foi presente para apreciação a informação nº 19/2012/EJAS, datada de 28 de maio de 2012, referente à abertura de concurso de classificação para atribuição de habitação social. -----

----- O Senhor Vice-Presidente António José Ascensão Fraga esclareceu que se tratam de duas habitações que estão vagas.-----

Continuou dizendo que no anterior concurso, houve quatro concorrentes e ficou uma casa vaga, por desistência a dois dias de as casas serem entregues e, curiosamente, a tipologia e o número de concorrentes coordenavam-se muito bem.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso referiu que haverá que fazer mais publicidade sobre estes serviços. Acha que é anormal que sejam menos os candidatos às habitações, ou que sejam iguais. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia entende que estes processos terão de ser analisados muito bem, porque existem rendas menores, o que é incompreensível nalguns casos. Haverá que monitorizar os processos. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal de Manteigas, deliberou, por unanimidade, a abertura de concurso de classificação, nos termos do nº 3, do artigo 8º, do Decreto-Lei 797/76, de 6 de novembro, para atribuição dos fogos mencionados na informação nº 19/2012/EJAS, de 28 de maio de 2012, em regime de arrendamento apoiado e aprovação do respetivo programa. -

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

**Apresentação da proposta de verticalização e deliberação da Câmara Municipal de Manteigas em relação à elaboração do estudo respetivo de verticalização do Sistema de Águas e Efluentes para o Concelho de Manteigas.**-----

-----Foi presente a proposta de verticalização em relação à elaboração do estudo respetivo para o Concelho de Manteigas.-----

-----O Senhor Presidente referiu que, no seu entendimento, a Câmara Municipal de Manteigas não deve decidir nada, antes de obter uma resposta do Ministério da Agricultura, em relação à possibilidade de saída do sistema, com a reavaliação de todos os custos de funcionamento do setor da água. A Câmara Municipal tem uma reunião pedida à Senhora Ministra da Agricultura, assim como teve em relação ao anterior Ministro, com quem chegou a reunir. O processo não chegou ao fim, e está no Ministério para ser apreciado.-----

Continuou dizendo que pensa que ao aderir à proposta, é deixar à vontade as Águas e Portugal, possam promover a escalada de preços da água. O que se pretende com a verticalização, nalguns concelhos, é melhorar o funcionamento do setor da água, o que não é o caso de Manteigas. Se Manteigas acompanhar a verticalização, o que pode acontecer é que vai ter que acompanhar as tarifas do outros municípios e atingir a tarifa objetiva, que é na ordem dos 30 euros por cada 10 metros cúbicos. O Concelho está muito longe disso.-----

Prosseguiu dizendo que, entende que isso seria um exagero e não existem condições para sujeitar a população do Concelho a este tipo de custos.-----

Continuou dizendo que, independentemente da deliberação que a Câmara vier a tomar, antes da tomada de decisão, tem de ser efetuado um estudo pelas Águas de Portugal, em cada um dos municípios.-----

Continuou dizendo que, para que a Câmara possa fundamentar ainda mais a sua decisão e resposta deve, nesta primeira fase, aderir à elaboração do estudo, que é gratuito, sendo certo que, em relação ao Concelho de Manteigas já foram apurados alguns dados em relação à verticalização da baixa, o que menos difícil tornará a elaboração do estudo.-----

Finalizou propondo que, independentemente do que está apresentado no *dossier* que foi facultado, que a Câmara dê a sua anuência e colabore com a Águas de Portugal, no sentido de fornecer elementos para a elaboração do estudo e, a decisão será tomada *à posteriori*, em função do que for transmitido pelo do Ministério da Agricultura e também do que ditar o estudo. --

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu que, já que se está a fazer um estudo sobre esta matéria, se pense em cumprir a lei, que já vem de 2008, referente ao regulamento específico para o abastecimento de água. Continuou dizendo que, sobre essa matéria, a lei impõe que haja um regulamento e, teve o cuidado de referir em reunião na devida altura qual era a legislação que assim o determina. Continuou dizendo que o Senhor Presidente



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

disse que estaria em preparação o regulamento de abastecimento de águas e efluentes, mas nunca apareceu. Todavia, aproveita para mencionar os resíduos e uma outra matéria: os resíduos de demolição, visto que não existe nenhum regulamento da Câmara relativamente à sua deposição e tratamento. -----

----- O Senhor Presidente replicou que essa matéria está legislada.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia retorquiu que sobre os resíduos de construção não existe nada. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que a Câmara obriga à apresentação de um plano de gestão de resíduos de demolição. Cada demolição tem de ser licenciada e, ao ser licenciada, tem que entregar na Câmara esse documento. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia indagou sobre onde é que se faz a entrega dos resíduos.-----

----- O Senhor Presidente continuou a clarificar que está na lei geral. Nenhum processo pode ser analisado pelos serviços técnicos da Câmara, para aprovação do projeto de construção, (desde que haja demolição), que não traga o plano de gestão de resíduos e, no plano tem que se mencionar onde irá ser a entrega dos resíduos. Essa é exclusiva responsabilidade do promotor da obra. A Câmara não tem que aceitar os resíduos de demolições. Isso é matéria do CIRVA. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia contrapôs que a matéria do CIRVA não foi presente a reunião de Câmara, nem o CIRVA tem qualquer obrigação legal.-----

----- O Senhor Presidente esclareceu que não foi presente, nem tem de ser presente, visto que o CIRVA é uma das empresas privadas que recebe os resíduos e está licenciada para o efeito.--

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia entende que a Câmara tem de ter um regulamento sobre essa matéria. Evocou que assinou (no mandato anterior, enquanto Presidente da Associação de Municípios da Cova da Beira) o contrato com a empresa privada CIRVA e ficou entendido que cada Câmara Municipal faria um regulamento específico para a deposição e tratamento dos resíduos de construção. Se fosse a Câmara a responsável pela sua localização, seria paga à Câmara e, foi entendido que, existindo o CIRVA, será este o local de destino e seria pago diretamente a essa empresa e, para que não se cobre taxa de deposição de resíduos de construção, tem que fazer um regulamento que refira que disponibiliza um local de deposição a partir do CIRVA. -----

----- O Senhor Presidente discordou e repetiu que a Câmara não tem de ter um espaço para receber os resíduos dos particulares.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia reiterou que tem de ter um regulamento sobre essa matéria. -----



**CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS**

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

-----Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, sobre a verticalização do sistema de água, autorizar que seja feito o estudo no Concelho, acompanhar o mesmo e ceder os elementos necessários. Para as questões técnicas, o interlocutor técnico será o Senhor Chefe da Divisão de Planeamento, Obras e Urbanismo para fornecer os elementos. O interlocutor da Câmara já está definido, é o Senhor Presidente da Câmara nas reuniões da Assembleia Geral das AZC e outras que possam vir a ser realizadas nesse âmbito.-----

Mais deliberou que a decisão sobre a proposta de verticalização será tomada *à posteriori*, em função do que fôr transmitido pelo do Ministério da Agricultura e também do que ditar o estudo. --

**Conhecimento da informação nº 25/2012/PR, datada de 25 de maio de 2012, referente ao recurso hierárquico do ato de homologação da lista de ordenação final em Procedimento Concursal para 2 assistentes operacionais, apresentado por José Carlos Biscaia Fernandes.**-----

-----Foi presente, para conhecimento, a informação nº 25/2012/PR, datada de 25 de maio de 2012, referente ao recurso hierárquico do ato de homologação da lista de ordenação final em Procedimento Concursal para 2 assistentes operacionais, apresentado por José Carlos Biscaia Fernandes.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação nº 25/2012/PR, datada de 25 de maio de 2012, referente ao recurso hierárquico do ato de homologação da lista de ordenação final em Procedimento Concursal para 2 assistentes operacionais, apresentado por José Carlos Biscaia Fernandes.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

**Pedido de isenção de taxas de licenciamento do evento “Festa em honra de São João”, efetuado pelo Grupo Popular Cultural e Recreativo da Praça da Louça – Manteigas.**-----

-----Foi presente o pedido isenção de taxas da respetiva licença, formulado pelo Grupo Popular Cultural e Recreativo da Praça da Louça, para realização da Festa Popular em honra de São João.-----

-----Submetido a votação, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, isentar de taxas o Grupo Popular Cultural e Recreativo da Praça da Louça, nos termos do art.º 7º, do Regulamento Municipal, para realização da Festa Popular em honra de São João.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

**Conhecimento dos Atos Praticados por Delegação de Competências.**-----

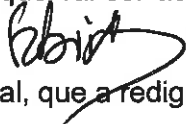
-----Foi presente a relação número nove, barra dois mil e doze dos atos praticados por delegação do Senhor Presidente.-----


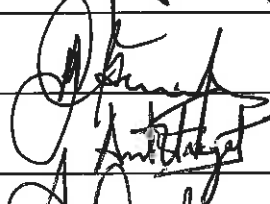

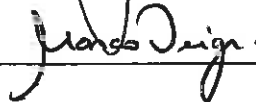
**Finanças Municipais.**-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de sessenta e oito mil, duzentos e vinte sete euros e vinte e três cêntimos (€ 68.227,23).-----

----- E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezasseis horas e quarenta e dois minutos, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim  Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, que a redigi.-----

  
-----  
  
-----  
  
-----  
  
-----

